

# A PESQUISA SOBRE IMPÉRIO ROMANO NO BRASIL: A NUMISMÁTICA E A COLEÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO (RJ)

*RESEARCH ON ROMAN EMPIRE IN BRAZIL: NUMISMATICS AND THE NATIONAL HISTORIC MUSEUM COLLECTION, RIO DE JANEIRO (RJ)*

**Cláudio Umpierre Carlan<sup>1</sup>**

## **Resumo**

O artigo começa com uma descrição da iconografia como documento histórico, papel da numismática, coleção do Museu Histórico Nacional, mais importante acervo monetário da América Latina. A imagem na Antiguidade tinha uma função específica: apresentar a um determinado grupo social, em sua maioria analfabeto, algo que representasse a orla do poder. Ela não apenas legitimava um imperador ou rei, funcionava como uma espécie de propaganda política.

**PALAVRAS-CHAVES:** Moeda; Poder; Roma; Iconografia.

## **Abstract**

The article begins with a description of iconography as a historical document, the role of numismatics, collection of the National Historical Museum, the most important monetary collection in Latin America. The image in Antiquity had a specific function: to present to a certain social group, mostly illiterate, something that represented the edge of power. It not only legitimized an emperor or king, it functioned as a kind of political propaganda.

**KEYWORDS:** Money; Power; Rome; Iconography.

## **INTRODUÇÃO**

O homem, durante a sua passagem pelo planeta, desenvolveu diversas formas simbólicas — tanto artísticas, quanto linguísticas —, expressas pela sua consciência. Nesse sentido, a representação imagética, presente nos aversos e reversos monetários, procurou ser universal, ao legitimar diversos regimes políticos.

Como documento, a moeda pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade, a saber: político e estatal, como jurídico, religioso, mitológico, estético. Com isso, a impressão iconográfica das moedas, ao deixar de lado as inscrições, revela figuras diversas, como animais, vegetais, brasões, objetos, edifícios e emblemas mais ou menos estilizados. Geralmente, estas figuras referem-se ao

local de cunhagem e à respectiva autoridade, designada de modo claro para os seus contemporâneos, por meio de uma figura, uma atitude, ou atributos cujos significados, hoje, muitas vezes, nos escapam.

Desse modo, as moedas foram uma tentativa bem sucedida de organizar a comercialização de produtos e substituir a simples troca de mercadorias. Ressalta-se que há divergências sobre qual povo foi o primeiro a utilizar a técnica da cunhagem, pois de acordo com alguns, a China utilizava peças cunhadas antes do século VII a.C., época creditada ao povo lídio sobre esta realização. Durante muitos anos, a moeda possuía um valor real, em função de depender do metal de que era feita. Nos dias de hoje, uma significativa parcela de países do mundo usam-nas por seu valor nominal, haja vista que seu valor não corresponde ao metal do qual é produzida.

Na Antiguidade, sua função era bem diferente da que exerce na atualidade, pois não visava apenas uma simples troca comercial, a exemplo da Grécia, em que o poder da moeda era quase mágico, divino e representativo. Não apenas indicava alguma característica da cidade responsável pela sua cunhagem, mas era, pois, uma forma de proteção. Por isso, a importância do local no qual foi encontrada a documentação numismática, como edifícios, fontes de rios, pontes, estátuas, palácios, entre outros (FRÈRE, 1984, p. 34).

Assim, a numismática ligou-se ao estudo da História — sobretudo à História Política —, ao ajudar a estabelecer a cronologia de reinados e a datar fatos importantes da política. Também ligada à Economia, por informar sobre o valor das moedas dentro dos diferentes sistemas monetários, sobre desvalorizações e período de crise, sobre os comportamentos em relação à moeda, na medida em que permitiu examinar, no passado, a aplicação das leis econômicas. Sua relação com a Arqueologia se deu em razão das contribuições para auxiliar a datação de estratos e sítios arqueológicos. Por fim, a numismática atrelou-se à História da Arte, ao permitir, por meio de seus tipos, uma análise da evolução dos estilos e o reconhecimento de obras desaparecidas ou conhecidas somente por meio de textos literários (CARLAN; FUNARI, 2013, p. 16).

Donis Dondis (1997) afirmou que, para os analfabetos, a linguagem falada, a imagem e o símbolo continuam sendo os principais meios de comunicação. Dentre

eles, apenas o visual pode ser mantido em qualquer circunstância prática. Nessa perspectiva, asseverou que

[...] Isso é tão verdadeiro como tem sido ao longo da história. Na Idade Média e no Renascimento, o artista servia à Igreja como propagandista... O comunicador visual tem servido ao imperador e ao comissário do povo... a comunicação pictórica dirigida aos grupos de baixo índice de alfabetização, se pretende ser eficaz, deve ser simples e realista (DONDIS, 1997, p. 184).

## **1. Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (RJ)**

Ao trazer o Museu Histórico Nacional a este contexto, pode-se afirmar que é, em si, uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Isto posto, é aberto ao público, assim como adquire, conserva, pesquisa e exhibe para finalidades do estudo, da educação e da apreciação, cuja evidência está no material dos povos e em seu ambiente.

Tal definição foi dada pelo Conselho Internacional de Museus — o ICOM —, na Assembleia Geral de Copenhague/Dinamarca, em 1972. Ao usá-la, pode-se incluir em sua abrangência máxima os jardins botânicos, zoológicos, aquários, planetários, parques nacionais e outras instituições. Estas, por sua vez, são especializadas, e, por isso, necessitam de mão-de-obra qualificada, como museólogos, restauradores e outros profissionais, capazes de manter a conservação do acervo. Em geral, o museu é dirigido por um curador, cuja equipe de funcionários cuida dos objetos e arranja sua exposição. Muitos associaram-se aos institutos de pesquisa, nos quais se envolvem frequentemente com os estudos relacionados aos artigos do seu acervo.

Para tanto, a construção das nações desde o século XIX, até o início do XX, baseava-se num processo de expansão e unificação nacional. Essa construção político-social, geográfica e econômica articulava-se à reestruturação ritual e simbólica da nação para a qual intelectuais, artistas e produtores culturais foram cooptados (CHAGAS, GODOY, 1995, p. 36). Essa simbologia ocorria, por exemplo, por meio da criação de bandeiras, hinos e selos. Tal construção simbólica da nação também pautou-se em aspectos da arquitetura, pintura, escultura, música, medalhística e literatura.

Nesse sentido, os museus nacionais tiveram origem na segunda metade do século XVIII (o Britânico, em 1753, e o Louvre, em 1793). No século XIX, ocorreu a multiplicação dos museus, com nomes e modelos bem diversificados, a exemplo do Museu Nacional (no Brasil, 1818), Museu Nacional da Colômbia (1823), Galeria Nacional de Londres (1824) e Museu Nacional do México (1825). Em alguns, o termo “nacional” fora substituído pelo nome do país, como foi o caso do *Deutsches Museum*, na Alemanha.

Segundo Hobsbawm (1990), se houve um momento em que o princípio da nacionalidade do século XIX triunfou, esse foi ao final da Primeira Guerra Mundial. Exatamente nesse momento, iniciavam-se os preparativos para a comemoração dos 100 anos de independência e o Brasil necessitava de um museu que indicasse a trajetória da nação no tempo, para destacar os traços da História Nacional.

O Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado pelo Decreto nº. 15.596, de 02 de agosto de 1922, pelo então presidente da República — Epitácio Pessoa (1919-1922) —, com a função de ser um espaço voltado para a História do Brasil. Com isso, suas atividades foram iniciadas no dia 11 de outubro daquele mesmo ano, integrado à Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, instalado em duas galerias das dependências do antigo Arsenal de Guerra.

A política de aquisição trazia insígnias militares, religiosas e nobiliárquicas para o museu que, quando reunidas, retratavam a glória do passado, a nobreza do povo brasileiro, assim como as forças emergentes da nação, como forma de retornar ao público os bens culturais até então dispersos em outros órgãos institucionais, ou pouco valorizados (CHAGAS; GODOY, 1995, p. 39). Como exemplo, pode-se citar a coleção de numismática que se encontrava na Biblioteca Nacional, desde o final do século XIX.

Na atualidade, o MHN ocupa todo o conjunto arquitetônico da antiga ponta do Calabouço e constitui-se como um dos mais importantes museus históricos do Brasil, enquanto um expressivo centro gerador de conhecimento. Logo, abrigou o primeiro curso de Museologia do país, ao manter-se como referência para a constituição de importantes museus brasileiros até os dias de hoje.

Distribuído em uma área de 20.000 m<sup>2</sup>, o museu antes possuía a primitiva Fortaleza de Santiago e a *Prisão do Calabouço*, das quais restam apenas as fundações. Assim, ainda subsistem o edifício da *Casa do Trem* (totalmente recuperado na década de 1990), o do *Arsenal de Guerra* — onde se destaca o imponente *Pátio de Minerva* —, e o *Pavilhão da Exposição de 1922*, atualmente ocupado pela Biblioteca.

### **1.1. A coleção de Numismática**

No Brasil, o processo de formação das grandes coleções de moedas foi semelhante ao europeu, embora tenha ocorrido de forma mais tardia. Os primeiros fundos foram também constituídos por governantes, a família de Orleans e Bragança, mecenas e eruditos. No início do século XX, a monarquia brasileira e, mais tarde, o Estado Republicano preocupavam-se em proporcionar ao povo o acesso à cultura por meio da criação e do fomento a instituições culturais, com vistas à formação de uma consciência nacional de resgate dos acontecimentos do passado.

Existem coleções de moedas espalhadas por vários museus do Brasil (VIEIRA, 1995). Algumas dessas coleções foram adquiridas pelos governos estaduais, a exemplo daquela de Bernardo d’Azevedo da Silva Ramos (Amazonas), a da Viscondessa de Cavalcanti (Amélia Machado Coelho de Castro, do museu Procópio Mariano, em Juiz de Fora-MG), assim como a coleção Sertório, no Museu Paulista, dentre outras. No entanto, esta pesquisa restringiu-se ao Museu Histórico Nacional e à formação do seu acervo na Biblioteca Nacional.

Nesta perspectiva, não se pode falar sobre o MHN, sem mencionar o fundo reunido antes na Biblioteca Nacional, que serviu de base para a coleção numismática do MHN. Criada em 1810, durante a regência de D. João, a referida Biblioteca havia sido inaugurada em 1880 e, sob a direção de Ramiz Galvão, foi feita uma ofensiva para reunir uma coleção de moedas e medalhas, sobretudo brasileiras, que se encontravam em caráter transitório no Museu Nacional.

O primeiro lote de peças, composto por 406 moedas e 6 medalhas, foi doado à biblioteca em setembro de 1880. Nos anos seguintes, o acervo continuou a crescer, por meio de compras ou doações, a exemplo da doação da coleção do

comendador Antonio Pedro de Andrade, que compreendia 13.941 moedas e medalhas, entre outros núcleos expressivos, além das 4.559 moedas e 2.054 medalhas portuguesas, bem como as 4.420 moedas da Antiguidade.

O comendador supramencionado foi o maior doador individual da coleção numismática da Biblioteca Nacional/MHN (VIEIRA, 1995, p. 100). Nascido em Funchal, Ilha da Madeira, em 1839, emigrou para o Brasil aos 16 anos. Assim, trabalhou como jornalista no Correio Mercantil e no Jornal do Comércio, bem como bancário, no Banco Comercial do Rio de Janeiro, do qual foi gerente, diretor e, por fim, presidente (DUMANS, 1940). Em seus núcleos mais orgânicos, distribuem-se entre moedas de Portugal e colônias (4.599 peças), romanas e bizantinas (4.420 peças), moedas brasileiras (2.337 peças), medalhas portuguesas (1.101 peças) e brasileiras (950 peças).

Também é possível que alguns exemplares sejam precedentes das coleções da família imperial, legadas por D. Pedro II, que fora constituída desde o Primeiro Reinado (composta de 1.593 moedas e 545 medalhas), doada pelo próprio imperador ao Museu Nacional, em 1891, e incorporadas pela Biblioteca Nacional em 1896. No termo de abertura do Primeiro Livro de Registro da Biblioteca Nacional, assinado pelo chefe da 3ª Seção de Numismática, Aurélio Lopes, iniciada em 30 de setembro de 1895, lê-se que:

[...] Do inventário geral das coleções da Seção, iniciado em primeiro de outubro de 1894, e finalizado em setembro de 1895, sendo diretor da Biblioteca o Dr. Raul d'Ávila Pompeo, constava até essa última data a existência de 22.863 peças numismáticas: moedas, medalhas...inclusive papel moeda (DIVISÃO DE CONTROLE DE PATRIMÔNIO/MHN, processo 3/documento 1).

Este número já englobava as 13.741 moedas e medalhas da coleção do Museu Nacional, segundo relação manuscrita de Gustavo Barroso (1888 – 1959), existente no departamento de Numismática. Com isso, em 1922, quando o Museu Histórico Nacional foi criado, o decreto que o instituiu também determinou que o acervo numismático existente na Biblioteca Nacional — assim como em outras instituições como o Arquivo Nacional e a Casa da Moeda — fosse para ali transferido. No

momento em que se efetivou a cessão, a coleção total ultrapassava as 48 mil peças e chega, atualmente, a 130 mil.

## **2. Moedas e o estudo da Antiguidade**

Apesar de não haver criações notáveis no período sobre as representações numismáticas, pode-se citar que muitos reversos exibem o tema das portas de cidades. Esta era, por sua vez, uma maneira de os imperadores demonstrarem seu interesse em manter a segurança da população quanto aos ataques “bárbaros”. As duas únicas exceções, de acordo com Marques (1982), foram as portas de Trêves, em um sólido de Constantino, bem como um medalhão que representa os portões de Londres, de Constâncio II.

No entanto, destaca-se uma controvérsia quanto a esta afirmação de Marques (1982). Em concordância com seu pensamento, Sears afirmou serem, no anverso, os portões de Londres. Entretanto, Cohen (1892) afirmou ser um campo militar ou praça forte. Das 18 (dezoito) peças do acervo do MHN, 16 (dezesesseis) pertenciam a esta categoria e traziam uma estrela que, segundo o RIC (Roman Imperial Coinage) e o próprio Cohen (1892), identificavam as moedas cunhadas no Oriente. Contudo, em análise aos respectivos exergos, encontrou-se ARLQ (Arles), RWQ (Roma), SAMNTH (Antioquia), SMHA (Heracléia), SMNE (Nicomédia), SMKG (Sisico), dentre outras, ao passo em que concordamos com os autores acima citados.

A partir do século III, começou a haver uma variação das amoedações que traziam edifícios ou construções militares como tema. Neste caso, é importante destacar certa originalidade da cunhagem, pois não foram encontradas outras representações iguais nas coleções referentes ao século IV, tanto no MHN, como nos catálogos mais antigos em que foram pesquisados.

**Figura 1 - Moeda denominada AE3 (Estado de conservação bem conservada (BC), de diâmetro de 1.01mm, peso de 2.17g, alto reverso 11 horas.)**



Fonte: Cláudio Umpierre Carlan, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1998

Na figura acima, tem-se uma moeda do Imperador Constâncio II, filho e herdeiro político de Constantino I, o grande. É uma peça de bronze, denominada AE3, cunhada entre os anos de 324 e 337, em Nicomédia (exergo ou linha de terra SMNE, segunda casa monetária).

É importante frisar o excelente estado de visualização, tanto do anverso, quanto do reverso. No anverso, vê-se a legenda FL IVL CONSTANCIVS NOB C (Flávio Júlio Constâncio Nobilíssimo Cêsar), que traz o título nobilíssimo destinado aos membros da família imperial. Os detalhes do cabelo, manto e diadema são muito bem representados, ao passo que, no reverso, aparece representada uma construção, fortaleza ou catedral, com duas torres circulares e uma estrela logo acima. Segundo Cohen (1880-1892), seria parte de um campo militar aberto. Marques (1982) acrescenta que, tanto as peças de Constâncio II como a de seu pai, Constantino, são as que melhor representam os temas que envolvem as construções.

Muitos desses “generais/governantes” permitiram o ingresso dos povos germanos, vulgarmente chamado de bárbaros, nas fronteiras imperiais. Porém, tinham que cultivar a terra, servir no exército romano (comandados por seus chefes) e vigiar as fronteiras. Mesmo assim, Aureliano, preocupado com quantidade de povos que entravam no império, mandou construir uma rede de fortificações, que serviria de modelo para os povos vindouros. Como podemos analisar na representação a seguir, na figura 2.



**Figura 2 - Portão São Paulo, Muralha de Aureliano, Roma, Itália**



Fonte: Cláudio Umpierre Carlan, agosto de 2007

A imagem acima apresenta o Portão São Paulo, Muralha de Aureliano, situado em Roma, Itália. A muralha demonstrada fora construída pelo Imperador Aureliano (214 ou 215-275), para impedir as invasões dos povos bárbaros. Dos 19 km originais, sobreviveram aproximadamente 12 km. As paredes eram de 3,5 m de espessura, por 8 m de altura. Durante o governo do Imperador Honório (384 – 423), foram construídas as torres circulares (característica da Antiguidade Tardia) e ampliada a altura dos muros para 16 m. Inicialmente, o portão recebeu o nome de Ostiense, por ter sido o caminho do comércio para porto de Óstia (ânforas de vinho e azeite), via rio Tibre. Mais tarde, foi rebatizado de São Paulo. A frente do portão está voltada para Basílica de São Paulo, na mesma avenida. Hoje, fica próxima a Estação Ostiense, no bairro de Testaccio, construído por Mussolini para abrigar a classe operária.

De acordo com o Dicionário de Semiótica, o significado do termo “construção”, aparece como um sinônimo de “artificial”, opondo-se a “natural”, como uma espécie de referência à ação do homem que transforma a natureza (GREIMAS; COURTÉS, 1979). Em uma política imperial — na qual a moeda tem um grande poder de circulação —, os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento da obra realizada pelo seu governante. Além disso, ainda há o significado da segurança representada pela própria fortificação.

Infelizmente, certos centros acadêmicos brasileiros continuam presos ao modelo positivista e historicista do século XIX, “sem documentação textual, não existe História”. Esse pensamento prejudica tanto o trabalho sobre Mundo Antigo, quanto os estudos sobre Brasil Colônia, períodos em que a documentação escrita fora mais rara e complexa. Assim, muitos jovens e promissores pesquisadores são afastados da Antiguidade, sendo obrigados a se adaptarem em outra linha de pesquisa, de preferência vinculados à História do Brasil, entre os séculos XIX e XX.

Muitas vezes, esquece-se de ampliar a noção de documento, defendida pela Escola dos Annales, em 1930, quando descrita no livro *Combate pela História* Lucien Febvre:

[...] A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem [...] (FEBVRE, 1985, p. 249).

Em contrapartida, o Brasil possui uma grande quantidade de documentação, iconográfica ou não, referente à Antiguidade Clássica. Assim, há um imenso leque de ação para os jovens pesquisadores que desejam trilhar por este caminho. Muitas vezes, enquanto professores, desestimulamos ou ensinamos outros caminhos para os nossos alunos, de modo a escolher o mais prático e fácil para eles, ou para nós.

Há casos em que docentes indicam *sites*, em vez de apresentar a coleção de um museu. Em muitos congressos, observa-se que alunos apresentam imagens de páginas da *internet* cuja fonte é pouco confiável, sem identificação adequada. De modo controverso, a coleção do Museu Histórico Nacional, por exemplo, permanece fechada e é pouco conhecida pelo mundo acadêmico.

**Figura 3 – Moeda *centenional***



Foto: Cláudio Umpierre Carlan, Acervo do Museu Histórico nacional. Rio de Janeiro, Abril de 1999

A descrição da moeda, apresentada na figura acima, traz a seguinte informação em seu anverso: DN CONSTAN-TIVS PF AVG – busto de Constâncio II, diademado à direita. Nessas cunhagens conhecidas como *centenional*, o imperador é representado com manto e globo em sua mão direita, em razão de ser o símbolo da perfeição e do legítimo poder imperial. No século XIX, *Centenional* eram denominações dadas às moedas de bronze cunhadas por Constantino I, o grande, pai de Constâncio II, a partir do ano de 330, com peso de aproximadamente 4 gramas. O nome original dessa cunhagem ainda é desconhecida.

Seu reverso traz a informação "FEL TEMP REPARATIO" – Imperador como legionário, com uniforme militar, a pisar em dois prisioneiros germânicos, amarrados e indefesos. No lábaro, revela o cristograma PX, cujas iniciais são da palavra Cristo, em grego. Constâncio era cristão ariano e reforçara sua religião nas cunhagens. Assim, a simbologia cristã contidas nas moedas surge a partir de seu pai, Constantino I, o grande, no exergo ou linha de terra SNN Γ, referente à casa monetária de Nicomédia. O peso desta peça é de 9,78 gramas, com 2,02mm de diâmetro e alto reverso em 6 horas.

Essas legendas eram abreviaturas em latim, relacionadas às imagens de anverso e reverso. Desse modo, ocorria a união entre escrita e imagem. Com isso, o receptor daquela peça saberia identificar o seu governante, assim como suas mensagens simbólicas. Havia todas as espécies de signos, figuras geométricas,

sinais de pontuação, astros, animais, vegetais e brasões que estabeleciam uma mensagem governante/governado destinada ao vasto mundo romano.

### **Considerações Finais**

A cunhagem monetária associada ao retrato e à propaganda configurava dois aspectos intimamente ligados em Roma. As moedas, por sua vez, associavam-se a um e a outro, também de forma muito íntima, não apenas como instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até os dias atuais sem seu contexto original. Com isso, também são de grande valia para que pesquisadores possam compreender as imagens nelas contidas.

Nesse caso, a numismática conserva um fragmento da história do homem, na medida em que, segundo Frère (1984, p. 11):

[...] se coloca hoje como uma disciplina científica através da qual podem ser estudados muitos aspectos de uma determinada sociedade...É uma ciência que tira da aridez do seu estudo grandes subsídios históricos.

De modo contrário, no Brasil, o estudo da História Antiga sempre ficou legado a um segundo plano, com pouca importância, cujas pesquisas são direcionadas apenas pelo romantismo e curiosidade sobre civilizações exóticas a muito “desaparecidas”. Nesse sentido, o cinema tratou de reforçar esse romantismo exacerbado sobre o tema. Amor e aventura em um mundo perfeito, sem pobreza, miséria, fome. Apenas homens musculosos e mulheres curvilíneas, como ressalta Carlan (2008).

Nas Universidades, a ênfase e o maior destaque (principalmente no que concerne a verbas) são direcionados para as Ciências Exatas. No tocante às Ciências Humanas, os olhares voltam-se apenas para aquelas investigações relacionadas com Brasil. Diante de tais práticas, questiona-se: por que estudar sobre a Antiguidade em um país que não teve contato direto com as civilizações orientais e clássicas? “Existem” documentos (leia-se, fontes primárias) em nosso país que retratam esses povos? Isto posto, revela-se que muitos estudantes e pesquisadores em Antiguidade sempre ouviram esses questionamentos como críticas.

Todavia, os críticos esqueceram-se da grande influência dessas civilizações na sociedade contemporânea. Muitos costumes, cujas origens já não são lembradas, estão ligados diretamente a esses povos. A língua (latim), as leis (Direito Romano), as artes, os ditados populares (gosto não se discute/tradução do provérbio latino *de gustibus non est disputandum*) (FUNARI, 2003, p. 96), assim como a expressão “o noivo que carrega a noiva nos braços” (alusão ao rapto das Sabinas por Rômulo). Enfim, uma civilização que deixou uma série de heranças, enraizadas na sociedade.

Isto posto, afirma-se que a moeda passa a ser uma excelente fonte, pois, a partir de sua análise, encontramos diversos aspectos que abrangem a série na sua totalidade. Isto, por sua vez, inclui aspectos políticos, estatais, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos e estéticos, o que pode informar sobre os mais variados retrospectos de uma sociedade.

Dessa maneira, a moeda também testemunha determinadas relações culturais importantes para o historiador. Tampouco se pode esquecer de que, como documento, não é reflexo de um simples aquecimento econômico, vez que trata-se de outro acontecimento paralelo. Uma materialidade, constituída por camadas sedimentares de interpretações, pois “o documento, é assim, pensado arqueologicamente como monumento (JENKINS, 2001, p. 11).

Essas peças configuravam significados e mensagens do emissor (imperador, membros de sua família ou pessoas que circulavam próximas ao poder) para seus governados. Nelas, continham símbolos que deveriam ser entendidos ou decifrados pelo receptor. Como os símbolos urbanos, representavam a cidade ou algum habitante importante, ou as insígnias dos imperadores romanos que vão reaparecer durante a Idade Média, no governo de Frederico II (1194 – 1250), imperador do Santo Império Romano-Germânico.

Atualmente, a moeda é considerada uma unidade representativa de valor, aceita como instrumento de troca. É parte integrante da sociedade, controla, interage e participa dela, independentemente da cultura. O desenvolvimento e a ampliação das bases comerciais fizeram do dinheiro uma necessidade. Sejam quais forem os meios de troca, sempre se tenta basear em um valor qualquer para avaliar outro. Em épocas de escassez de meio circulante, a sociedade procura formas de

contornar o problema, para não perder o poder de troca e compra. Logo, podem substituir o dinheiro governamental: cupons, passes, recibos, cheques, vales, notas comerciais entre outros.

A partir disso, a necessidade de guardar as moedas em segurança deu surgimento aos bancos. Os negociantes de ouro e prata, por terem cofres e guardas a seu serviço, passaram a aceitar a responsabilidade de cuidar do dinheiro de seus clientes e a dar recibos escritos das quantias guardadas.

Mesmo com a influência capitalista, a moeda ainda guarda o seu valor de propaganda e legitimação. Como nas cunhagens de Franco, em prata, 1966; ou o dólar de prata sobre a conquista do espaço, entre outras.

#### **Figura 4 – Moeda de prata cunhada em homenagem ao Ditador Franco**



Fonte: Cláudio Umpierre Carlan, coleção particular

Na figura acima, a moeda de prata que representava “cem pesetas”, foi cunhada no ano de 1966, em comemoração ao aniversário de governo do Ditador Francisco Franco. Em seu anverso, vê-se o busto de Franco, ao passo em que, na legenda, aparece identificado como “protetor da Espanha por escolha divina”.

Mesmo discurso utilizado pelos reis sumerianos há mais de 3 mil anos, de um suposto direito divino ao trono ou ao governo. No reverso, são evidenciadas as representações simbólicas das comunidades autônomas: Catalunha, Navarra, Leão e Castela, cujo brasão é o mesmo presente na camisa da Seleção Espanhola de Futebol. Mesmo no século XX, a moeda aparece sendo utilizada como um elemento legitimador do poder central e, nesse caso, autoritário.

Assim, as moedas, medalhas e sinetes são documentos de alta valia para os estudos arqueológicos e históricos, ao prestar serviço à egiptologia, assiriologia, à história das civilizações da Hélade, do Latium, da Etrúria, da Judeia, da Síria, da

Armênia (VIEIRA, 1995, p. 105). Por meio desses documentos, é possível estabelecer não apenas datações precisas, mas escrever a história do poder temporal dos papas, reis, imperadores, de todos aqueles que circundam a orla do poder.

## **Agradecimentos**

Aos amigos e colegas da Universidade Estadual da Bahia, LABECA/MAE/USP, em especial à professora Márcia Cristina Ribeiro, professores Alexandre Galvão e Fábio Lessa (UFRJ), pela oportunidade de trocarmos ideias.

A Pedro Paulo Abreu Funari, André Leonardo Chevitaresh, Maria Beatriz Florenzano, Vagner Porto, José Remesal, Ciro Flamarion Cardoso e José Maria Blázquez (*in memoriam*).

Ao apoio institucional da UNIFAL-MG, FAPEMIG, CEIPAC, CAPES e CNPq.

A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes Numismáticas**

Acervo Numismático do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Coleção referente aos Imperadores, *Augustus e Césares*, Imperatrizes e Usurpadores dos séculos III e IV.

Moedas de Ouro: Constante, Constâncio II, Arcádio e Honório. Cofre da Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional. Total de 7 peças.

Moedas comemorativas da Fundação de Constantinopla: 53 moedas cunhadas pelo Imperador Constantino I.

Moedas de Bronze: Diocleciano, Galério, Maximiano, Constâncio Cloro, Severo Augusto, Maximino Daia, Galéria, Maxêncio, Rômulo, Licínio (pai e filho), Fausta, Helena, Constantino I, Crispus, Constantino II, Constâncio II, Eusébia, Constante, Galo, Magnêncio, Juliano, Joviano, Procópio, Valente, Valentiniano I, Graciano, Valentiniano II, Flacilla, Eugênio, Teodósio I, Máximo, Eudoxia, Honório e Arcádio; pertencentes ao acervo do Museu Histórico Nacional/Rio de Janeiro.

Medalheiro de Número 3; Lotes Números: 11 ao 37, dando um total de 1828 peças. Total do acervo numismático referente ao século IV: 1888 moedas.

## **Impressas**

**MUSEU HISTÓRICO NACIONAL.** Relatórios anuais de 1934, 1960, 1966 e 1967. texto datilografado.

### **Bibliográficas**

CARLAN, Cláudio Umpierre. Antiguidade Clássica e Numismática: representações e pesquisas no ensino fundamental. In: CHEVITARESE, André. CORNELLI, Gabriele. SILVA, Maria Aparecida Oliveira. **A Tradição Clássica e o Brasil.** Brasília: Fortium Editora, 2008.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Moeda:** a numismática e o estudo da História. São Paulo: Annablume, 2013.

CHAGAS, Mario de Souza; GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.

COHEN, Hernry. **Description Historique des Monnaies:** Frappés Sous L'Empire Romain. Communément Appelées Médailles Impériales. Deuxième Edition. Tome Septième e Huitième. Paris: Rollim e Feuardent Éditeurs, 1880-1892.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da Linguagem Visual.** Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUMANS, Adolfo. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. Anais do Museu Histórico Nacional, volume 1, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional / Imprensa Nacional, 1940.

FRÈRE, Hubert. **Numismática:** Uma Introdução aos Métodos e a Classificação. Trad. e Adapt. Alain Costilhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** 2 ed. Trad. Leonor Marinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985, p.249.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A Renovação do Ensino de História Antiga. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História em Sala de Aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

GREIMAS, Algirdas; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica.** Trad. Alceu D. Lima, Diana L. P. de Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignacio A. Silva, Maria José C. Sembra, Tiekko Y. Miyazaki. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



A pesquisa sobre Império Romano no Brasil: a numismática e a coleção do museu histórico nacional, Rio de Janeiro (RJ)

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. Trad. Mário Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

MARQUES, Mario Gomes. **Introdução à Numismática**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982.

VIEIRA, Rejane Maria Lobo. Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional ? In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.

---

<sup>1</sup> Professor Associado II de História Antiga, Programa de Pós Graduação em História Ibérica (PPGHI) da Universidade Federal de Alfenas – MG. Brasil. claudiocarlan@yahoo.com.br.